

de São Paulo. Daí a razão pela qual formulo veemente apelo às nossas autoridades competentes para que resolvam este problema, e aos proprietários de moinhos para que não esqueçam esses pobres e infelizes exploradores da terra. (Muito bem.)

#### O SR. DJALMA PASSOS:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero congratular-me com o nobre povo mexicano pela prova de maturidade política que deu nas condições dos seus negócios internos e externos, ao modificar numa eleição, os seus quadros dirigentes, elegendo Gustavo Días Ordaz. Digo, Sr. Presidente, elevado grau de maturidade política porque o México, dentro do continente americano, tem demonstrado, nestes últimos trinta anos, uma independência muito grande em relação aos seus problemas internos e externos. E nem assim poderia deixar de ser, Sr. Presidente. Uma nação que sofreu na própria carne invasões americanas, invasões de príses europeus, que viu seu território retalhado, não poderia, com todas estas lições, ser uma nação aberta às conquistas internacionais.

Lembro aqui uma das grandes conquistas do povo mexicano, quando Lázaro Cárdenas nacionalizou o petróleo e teve, naquela oportunidade, o respeito e a admiração do grande Presidente Roosevelt, que encheu a decisão como a conquista de um Estado soberano.

Esta hora conturbada da vida constitucional brasileira, a lição do México é uma lição. A todo o povo brasileiro, um ensinamento que nós, parlamentares representantes deste País, devemos ter em mente, e, dentro das nossas possibilidades, tudo fazer para que o Brasil retorne aos seus legítimos quadros constitucionais, tendo como exemplo a grande nação mexicana. (Muito bem.)

#### O SR. NORONHA FILHO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Sr. Deputados, fui instado ontem, às últimas horas da noite, por um telefonema da Guanabara, em que uma comissão de radialistas do Rio de Janeiro me pedia que ocupasse esta tribuna a fim de trazer ao conhecimento da Casa que dezenas de artistas da Rádio Nacional estão sendo perseguidos, inclusive demitidos de suas funções, por motivo puramente ideológico ou político.

Sr. Presidente, estamos vivendo um momento revolucionário e compreende-se o rigor com que se age em relação aqueles que pretendem ou pretenderam subverter a ordem pública. Entretanto, não podemos compreender como uma câmara, Nora Ney por exemplo, possa subverter a ordem, porque os artistas não são políticos não têm ação política de espécie alguma e estão usando apenas o direito que a Constituição lhes garante, de terem idéias diferentes daquelas esposadas pelos eventuais detentores do poder. Porque, Sr. Presidente, por mais forte que seja a voz de uma Leny Everson, as colunas da República não acreditamos que ela possa abalar os pilares da democracia, nem

do modo que desejo declarar a minha estranheza, diante dessas perseguições políticas na Rádio Nacional. É lamentável que isto aconteça no momento, tanto mais que aos artistas sempre se reconheceu, num liberalismo maior, até o exotismo de atitudes e de idéias extravagantes.

Nos próprios Estados Unidos, artigos negros, como uma Mary Anderson, têm acesso a lugares em que a segregação racial impedia a entrada de negros. E ali penetram, ju-

tamente por serem artistas. A arte como que arrebenta as barreiras de todo os preconceitos. Não tenho, no momento, elementos para julgar as demissões que estariam ocorrendo, de artistas, na Rádio Nacional. Deixo apenas marcado, antecipadamente, pronunciamento que farei, de documentos na mão, para pedir que cessem essas perseguições puramente ideológicas a artistas da Rádio Nacional, que outro crime não cometeu senão o de professar idéias que a Constituição lhes garante. (Muito bem.)

#### O SR. FLORIANO RUBIN:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Afonso Cláudio, como V. Ex.<sup>a</sup> bem conhece, é uma cidade florescente do meu Estado. Possui economia agrícola muito acentuada e fica num recanto do Estado do Espírito Santo, serviço por estradas de condições muito precárias, que motivam, deste modo, a estagnação do seu progresso, embora seja o município riquíssimo, grande produtor de cereais, de aves, de ovos, grandes exportador, portanto, de gêneros de primeira necessidade.

Afonso Cláudio pleiteia, através da sua Associação Rural, a instalação ali de uma agência do Banco do Brasil. Essa agência já está criada há muitos anos e toda vez que se investe contra essa instituição de crédito, no sentido de acelerar as medidas para a instalação da referida agência, vem o Banco com explicações que não nos convencem de maneira alguma.

Tenho feito referência, desta tribuna, algumas vezes — creio ser esta a terceira — a documentos que o Banco do Brasil me envia, atendendo a solicitações que a Associação Rural, mentora da idéia, sempre faz àquele estabelecimento de crédito. As respostas são sempre as mesmas: que o órgão competente está realizando os necessários estudos, a fim de equilibrar as possibilidades oferecidas pela região para a concretização de tal medida.

Senhor Presidente, tal providência não pode ser mais protelada. A Associação Rural de Afonso Cláudio, presidida pelo Senhor Vitalino Selter homem escalado, com o coração pôsto na grande obra que dirige, não pode mais esperar pela boa vontade do Banco do Brasil. O referido senhor consultancieiro há poucos dias, um abaixo-assinado contendo as aspirações de toda a classe ruralista da região. No referido abaixo-assinado, a Associação Rural enfatizava a necessidade de que a medida fosse concretizada.

É para dizer a esta Casa e à Nação que Afonso Cláudio não pode mais esperar, não pode mais suportar esta demora; é para lançar um derradeiro apelo ao Banco do Brasil, no sentido de que cesse com a burocracia e adote medidas com elas e positivas para atender às necessidades do povo brasileiro, o cumprimento às leis e às resoluções do Banco do Brasil dinamizando a administração daquele órgão e fazendo-o chegar a todos os recantos da Pátria, é com esse propósito que nesta hora ocupo a tribuna. Esta será a última vez que farei este apelo, que não é meu, mas de toda a bancada, porquanto todos os Deputados pelo Espírito Santo, inclusive V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente, já o reiteraram várias vezes.

É o apelo que Afonso Cláudio, através de sua Associação Rural e dos lavradores daquela região, lançam ao Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que S. Ex.<sup>a</sup> cumpra, para com a Nação e aquela região, o seu dever. (Muito bem. Palmas.)

#### O SR. EDISON FERREIRA:

(Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, cumprio o doloroso dever de fazer, nesta Casa, o registro da morte ocorrida, no mês passado, em Teresina, do Senhor Raul Serrano de Andrade e cuja notícia me chegou através da leitura de jornais daquela capital.

Nascido em Pernambuco, porém há longos anos radicado no Piauí, graças às suas qualidades de homem ágil, honesto e empreendedor, destacou-se no comércio, onde teve acentuada atuação. De personalidade profundamente humana e sensível às coisas e ao destino do meio em que se profetou, teve o extinto também atuação marcante na sociedade teresinense, colocando-se sempre na vanguarda de todas as iniciativas que visassem ao progresso e à grandeza do meu Estado. Foi presidente do Banco do Estado, no então governo do nosso companheiro Deputado Chagas Rodrigues, cargo em que prestou igualmente bons serviços àquela coletividade. Por todas essas virtudes que ornavam o caráter do extinto, a sua morte foi bastante sentida em Teresina, onde o comércio cerrou as portas, prestando-lhe justa e derradeira homenagem.

Ao fazer este registro, Senhor Presidente, quero também reverenciar, nesta Casa, a memória de Raul Serrano de Andrade, associando-me ao povo e comércio de Teresina, naquelas justas homenagens. (O orador é abraçado.)

#### O SR. STÉLIO MAROJA:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente Senhores Deputados, o grupo que constitui a Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia teve, anteontem, um encontro com o Presidente da República e manifestou a S. Ex.<sup>a</sup> sua mágoa diante da inércia em que se encontram os órgãos da Administração Federal, naquela região do Norte. Ouvimos do Chefe do Governo expressão pitoresca, no sentido de que seria preferível a inércia ao que classificou de furdúncio que reinava na Amazônia, antes da Revolução de abril.

Evidentemente, não desejamos o retorno ao furdúncio. Desejamos o avanço, o progresso, o desenvolvimento da região em que vivemos. Não queremos a confusão, a corrupção, mas também não podemos conformar-nos com a paralisação de todos os órgãos federais que trabalham na Amazônia.

O quadro que ali se vê, no momento, é deplorável e está a merecer a intervenção da Presidência da República.

A SPVEA se acha sem recursos para a execução dos seus planos referentes a 1964; o Banco da Amazônia, não obstante estar confiado a homens de alto gabarito, não pode realizar a sua missão de assistência financeira à produção regional, pela carência de meios; os órgãos do Ministério da Agricultura encontram-se inteiramente desparelhados para qualquer trabalho relacionado com o progresso agrícola; o SNAPP também luta contra um déficit crescente.

Nestas condições, Senhor Presidente, a disparidade entre o Norte e as regiões mais progressistas do País a se acentuar. E nós, homens da região, corremos o risco de ser apontados, futuramente, como culpados pela estagnação em que se encontra nossa terra. Não queremos ser cúmplices desta frustração. Daí virmos, sempre e sempre, reclamar soluções para nossa área, embora possamos ser considerados impertinentes.

Aqui me encontro, Senhor Presidente, no momento, para denunciar a carência de crédito para o financiamento da juta amazônica. Este produto regional, uma das peças do tri-

pé sobre o qual assentia, presentemente, a economia amazônica, exige trabalho árduo e extenuante do produtor. Pois bem, não obstante todos os sacrifícios que representa para a Amazônia a economia da juta, ela está atualmente de todo desassistida pelos órgãos de financiamento oficiais e, diga-se de passagem, só o financiamento oficial, só o crédito público pode ir em socorro do trabalho do juteiro.

Trago à telegrama que acabo de receber do Governador do Pará, em que S. Ex.<sup>a</sup> transmite o apelo de um dos Prefeitos da zona juteira do Estado. Está redigido nos seguintes termos:

"Solicitando sua atenção transmito seguinte texto telegrama recebido do Governador do Estado do Pará: 'Comunicação vossencina reina grande desânimo produtores juta toda região baixo Amazonas v.g. falta compradores produto consequência retração crédito bancário v.g. preço em baixa v.g. embora afluência ainda em meio v.g. ameaça total colapso única fonte certa riqueza esta zona v.g. consequências nefastas economia Estado pt. apelo em nome juteiros meu município v.g. um dos maiores produtores do Estado v.g. para que vossencia tome junto as autoridades da República as providências cabíveis pt. sds gal. abbas arruda "Prefeito de Juriti" — pt. Saudações — Ten. Cel. Jarbas Gonçalves Passarinho — Governador Estado Pará'".

Senhor Presidente, insisto em dizer: não desejamos o furdúncio, mas desejamos, na partilha da riqueza nacional, a fração que nos cabe de direito e da qual não nos deixaremos despojar. (Muito bem.)

#### O SR. PINHEIRO BRISOLLA:

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente e Senhores Deputados, a data de hoje registra um dos acontecimentos históricos de maior projeção na vida do País. Trata-se do movimento revolucionário que eclodiu na Capital paulista no dia 9 de julho de 1932. Foi um movimento provocado pela reação, contra a permanência quase indefinida da ditadura dominante.

Senhor Presidente, sou insuspeito para falar. Fiz parte, em São Paulo, ao lado do Partido Democrático, das hordas que sustentaram a revolução chefiada pelo Senhor Getúlio Vargas. Ao lado do Partido Democrático e das forças vivas do Estado de São Paulo lutamos e fizemos tudo o que nos estava ao alcance para que a passagem de Getúlio Vargas pelo nosso Estado fosse aquela epopéia, uma demonstração de entusiasmo cívico da maior expressão na vida paulista.

Entretanto, S. Ex.<sup>a</sup> permaneceu no Governo sem que pudessemos voltar ao regime de lei. E foi por isso que São Paulo se levantou.

Os dirigentes paulistas, os idealistas de São Paulo, sustentados pela população entusiástica, fizeram o movimento constitucionalista.

São Paulo foi vencido pelas armas. Foi uma luta terrível, de grande projeção. Mas o seu ideal saiu vitorioso, porque o Brasil voltou ao regime constitucional ao regime da lei e do direito.

Quero, neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trazer a minha homenagem cívica, homenagem cívica a todos aqueles brasileiros que morreram naquela luta. De um lado estavam os idealistas paulistas; e de outro as Forças Armadas cumprindo seu dever, cumprindo as ordens emanadas do Governo da República. De maneira que todos merecem as nossas homenagens tanto os que caíram por um



ideal em nome de São Paulo, em nome da lei, como os que tombaram cumprindo ordens do Governo, com sacrifício da própria vida.

Quero, também, Senhor Presidente, que há uma aproximação entre essas duas datas: a de 5 de julho que há pouco comemoramos a Revolução de 24 chefiada pelo saudoso brasileiro General Izidoro Dias Lopes, revolução na qual tomei parte, e que foi feita por idealistas para o bem da nossa terra e para a grandeza do Brasil.

As nossas homenagens aos mortos de 32, muitos dos quais tombaram no cumprimento do dever, e outros iluminados por um grande ideal. (Muito bem.)

#### O SR. FRANCELINO PEREIRA:

(Para uma comunicação) — Senhor Presidente, desde o início da n.º mandato fomos procurados contribuir, ao nosso alcance, no sentido de que o Governo possibilitasse a complementação da magistratura estadual. Recordo-me de que o eminente Governador Magalhães Pinto e a Associação dos Magistrados do Estado do Paraná manifestaram, de início, ao ex-Presidente João Goulart, o interesse dos magistrados mineiros e paranaenses para que fosse complementado o pagamento dos vencimentos dos magistrados e dos representantes do Ministério Público estadual. Atendendo a esses apelos, que se tornaram generalizados no País, o Senhor João Goulart, através do ex-Ministro Abelardo Jurema, tomou as primeiras medidas para essa complementação. Foi baixado decreto autorizado a complementação. Por outro lado, o Sr. Abelardo Jurema diligenciou junto aos governos estaduais no sentido de que fossem firmados convênios para a fixação dessa mesma complementação. Em virtude dessas elaborados os textos-base de convênios providências, Sr. Presidente, foram nos com 18 governos estaduais. Foi quando eclodiu, no País, o movimento revolucionário. De um momento, como era natural, o assunto da complementação não mais andou. Todas as providências foram paralisadas. Aqui mesmo, nesta Casa, alguns projetos foram apresentados sobre o assunto para que a complementação fosse concedida, não através de decreto do Presidente da República, mas, precisamente, através de lei específica. Mas com a revolução de 31 de março, os próprios textos-base dos convênios ficaram retidos na pasta do Sr. Abelardo Jurema e só posteriormente foram devolvidos ao Ministro da Justiça. Por outro lado, os projetos em exame nesta Casa foram enviados ao Ministro Milton Campos, para deles tomar conhecimento.

Já agora, Sr. Presidente, depois que o Governo depositei baixou decreto determinando a complementação; depois que o Governo depositei enviou a esta Câmara o projeto, possibilitando a abertura do crédito de 12 bilhões de cruzeiros para a complementação no exercício de 1964; depois que os magistrados estaduais e os Promotores de Justiça de todos os Estados e também os membros dos Tribunais de Contas e militares passaram a ter, como justa, natural e certa, essa complementação, é de inteira justiça, oportuna e urgente, que o novo governo providencie no sentido de que essa complementação se torne uma medida vitoriosa.

O que importa a esta altura, Senhor Presidente, é que o Sr. Presidente Castelo Branco e o Ministro Milton Campos retomem todas aquelas providências para que essa complementação se concretize, sem demora.

Deixo aqui, Sr. Presidente, o meu apelo ao Ministro Milton Campos — apelo este já feito pessoalmente — para que faça acelerar as medidas tendentes a essa complementação. Com essa medida, o Governo Castelo Branco merecerá, sem dúvida, o apoio e a solidariedade dos magistrados de to-

dos os Estados da Federação tanto mais que essa remuneração suplementar corresponderá, em grande parte, a serviços da justiça federal atribuídos até agora alguns mediante gratificação em dinheiro aos magistrados estaduais. Em Minas Gerais os eminentes juízes desembargadores, promotores e membros dos órgãos da Justiça Militar e do Tribunal de Contas, senão reclamam por força da proclamada prudência mineira, valem que a falta de suplementação de seus vencimentos tem desfalcado os seus quadros e evitado que verdadeiras vocações para a judicatura ingressem em seu culto, honrado e sacrificado corpo de magistrados. Temos um Ministro da Justiça, mineiro que, sensível ao problema. Nele confiam os Juízes e Promotores mineiros. Nele e no Presidente Castelo Branco confia o Congresso Nacional, já que, por força do Ato Institucional, a medida não se inscreve no nosso poder de propor. Com esse caloroso apelo, pasamos a aguardar uma palavra do Governo sobre o assunto, não para dizer que está em estudos, mas se pensa mesmo em atender aos magistrados e a esse imperativo de justiça. (Muito bem.)

#### O SR. ALOYSIO NONO:

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente! Srs. Deputados! Segunda-feira passada trouxe a esta Casa a notícia, que me havia sido transmitida no Rio por Dr. José Terceiro de Souza, Bispo da Diocese alagoana de Penedo, das perseguições de que foram vítimas no meu Estado honestos funcionários do Banco do Brasil. Depois de ter comentários sobre as iníquas perseguições no Banco do Brasil por parte de sua atual administração, prometi à Casa que, depois de entendimentos com o Presidente daquele Estabelecimento, viria a grande tribuna para, num longo discurso, abordar aqueles nefastos acontecimentos. Não me sendo possível, entretanto, até o momento, encontrar-me com o Presidente do Banco do Brasil, vim, não para a grande tribuna ainda, mas para esta, a fim de trazer à Casa mais alguns dados sobre as perseguições de que foram vítimas os 18 funcionários que serviam com lealdade e honestidade à grande instituição que é o Banco do Brasil, ao qual também tenho a honra de pertencer. Nesta hora em que o Presidente da República e o Sr. Ministro da Fazenda, em funcionamento pagar a prestações o aumento da contenção de despesa, ameaça do funcionalismo civil, como se estivéssemos a admitir uma concordata a longo prazo no Ministério da Fazenda — medida essa que não foi tomada em relação aos militares, que tiveram seu aumento pago em dia, aumento esse, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de muito maior valor do que o dos funcionários civis brasileiros. Ainda aqui estamos, nesta Casa, com o aumento dos Srs. Deputados e dos senhores funcionários sem o devido recebimento. A Mesa, a esta hora, se encontra em reunião, para decidir que o aumento dos senhores Deputados seja pago também a prestação porque o dos senhores funcionários talvez nem venha a se efetivar, diante das disposições do Sr. Ministro da Fazenda.

Mas, Sr. Presidente, nesta hora de contenção de despesa, o Presidente do Banco do Brasil, naturalmente levando em consideração orientação de funcionários de menor gabarito, gastou cerca de 18 milhões de cruzeiros para transferir modestos funcionários do Estado de Alagoas para os Estados de Minas Gerais, Bahia e Guanabara, numa verdadeira perseguição a aqueles funcionários que serviam honestamente, ao Banco, que promoveram o desenvolvimento de suas Agências e que zelaram pelas

interesses de suas administrações. Estou muito à vontade para falar no assunto, porque esses homens, que praticaram, como já disse em discurso anterior, apenas o crime de ser amigos do Deputado Aloysio Nono...

O Sr. Brito Velho — Isso não é crime.

O SR. ALOYSIO NONO — ... estão sendo defendidos, junto à presidência do Banco do Brasil, não pelo Deputado Aloysio Nono, porque lá ainda não estive, mas pelo Vice-Governador e pelo Governador do meu Estado. Essas autoridades que já estiveram com o Presidente do Banco do Brasil, não são correligionários do Deputado Aloysio Nono — uma pertence à União Democrática Nacional e outra ao Partido Trabalhista Nacional. Estão sendo defendidos, também, Sr. Presidente, por D. José Terceiro, Bispo de Penedo, que, tampouco, é correligionário do Deputado Aloysio Nono e, quero crer, também não é correligionário de qualquer outro político do meu Estado.

Voltarei, Sr. Presidente, e dessa vez para aquela tribuna, a fim de esclarecer mais a Casa sobre os acontecimentos de Alagoas ocorridos dentro do Banco do Brasil, depois do entendimento que tive com o Presidente do Banco, e, talvez mesmo com o Presidente da República para fazer sentir a S. Exa. que, apenas, para uma simples perseguição do Banco do Brasil, gasta, em Alagoas, 18 milhões de cruzeiros.

Não obtendo guarida junto ao Marechal Castello Branco para as providências que pretendo solicitar, resta-me apenas, Sr. Presidente, apelar para uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, pelo menos, esclareça a opinião pública da probidade daqueles servidores. (Muito bem.)

#### O SR. RENATO CELIDÔNIO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito esta oportunidade para trazer ao conhecimento da Casa e das autoridades do Governo algumas informações em decorrência de viagem que fiz à região cafeeira do Paraná.

Há mais de 15 dias, chuvas incessantes naquela região têm causado sensível prejuízo à qualidade e ao volume da colheita de café. A comercialização da safra está também evoluindo em ritmo abaixo do normal e em bases inconvenientes ao produtor. Resta apenas, como estímulo, o financiamento oficial do Banco do Brasil que, realmente, este ano está em bases que atendem aos interesses da cafeicultura. Entretanto, a rede bancária particular, em decorrência da falta de algumas definições ainda das autoridades do Governo, tem-se retraído, provocando esse ritmo abaixo do normal na comercialização, como já tive oportunidade de informar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a exportação de café, em seu volume, e ainda em relação às bases de preço do mercado internacional, continua em níveis completamente inferiores aos necessários tanto para a arrecadação de divisas do país como para plena comercialização da safra.

Assim, Sr. Presidente, em decorrência destes acontecimentos que estão prejudicando a colheita e a qualidade da safra do café, não apenas no Paraná, mas praticamente em todas as regiões cafeeiras do país, faço mais uma vez um apelo às autoridades, para que reformulem a política cafeeira, porque o prejuízo não é apenas do produto, não é apenas dos Estados produtores, mas principalmente do País, uma vez que

a falta dessa reformulação e de alguma definição das autoridades, tem provocado essa dificuldade na exportação, mesmo o reflexo nos preços do mercado internacional.

Esperamos, assim, que, face a estes novos acontecimentos, as autoridades reconsiderem seu ponto de vista quanto à reformulação da política cafeeira e reconheçam que ela é indispensável para bem não só dos produtores, mas da própria economia nacional, a mais prejudicada por esta pode-se dizer, paralisação da exportação e da consequente obtenção de divisas para o País. (Muito bem.)

#### O SR. MANOEL NOVAES:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Ministro da Viação, o nosso eminente colega Juarez Távora, divulgou na imprensa do País o plano de obras preferenciais do DNOCs no exercício de 1964. Devo, Sr. Presidente, assinalar o fato de que, naquilo que tange à Bahia — e o critério deve ter prevalecido em relação aos outros Estados — o Sr. Ministro fez um trabalho consciencioso e digno da sua própria tradição de homem concededor dos problemas do Nordeste.

Accentuo, Sr. Presidente, que, no caso baiano, as obras preferenciais recaem todas elas, sem exceção, ou em barragens, ou em serviços de abastecimento de água já em execução. Portanto, um critério justo, razoável, perfeito dentro da técnica de uma boa administração.

Evidentemente, Sr. Presidente, trabalho daquele montante, que envolve entre as verbas de transferência consignadas no orçamento a verba do Fundo Nacional Contra a Seca, FUNOCs, deve ter escapado alguma coisa. Por isso mesmo, sem regatear meus aplausos ao Ministro Juarez Távora pelo seu trabalho, quero, daqui formular um apelo à S. Exa. para que reveja casos muito especiais.

Temos consignado no orçamento uma dotação de 50 milhões de cruzeiros para o Aqüeduto de Brumado, sobre o Rio do Antônio, na cidade de Brumado. Essa obra está projetada. É indispensável ao serviço de abastecimento de água de Brumado, cidade situada sobre a estrada de ferro Norte-Sul, no cruzamento da BR-40. Por outro lado, impõe-se a providência com recursos próprios do orçamento, 80 milhões de cruzeiros, por nós defendidos, para a barragem de América Dourada, Bacia de Iracê. É preciso mandar S. Exa. completar esse projeto — projeto indispensável à região, que é a maior produtora de cereais da Bahia, pois essa barragem do Rio Jacaré vai resolver, em definitivo, o problema do suprimento de água na região.

Na parte do serviço de abastecimento de água, quero pedir ao Senhor Ministro que reveja esse problema com relação à cidade de Seabra. Anos a fio, consignamos no orçamento recursos que, hoje, darão para dois ou três serviços de abastecimento, mas que, até então, não foram efetivados. Embora S. Exa. se tenha baseado em critério, como disse, justo, em relação às obras em execução ou em conclusão, no caso de Seabra, ao Sr. Ministro da Viação que o projeto sobre Seabra se encontra na Inspeção das Secas da Bahia, há mais de três anos, pronto. E, por mais de uma vez, o chefe do serviço nos tem assegurado que vai iniciar os serviços. Portanto, é a oportunidade, sem quebra do critério, em tangenciado muito leve, para que S. Exa. inclua também a consórcio ou três serviços de abastecimento de Seabra. São estas três obras que desejava fazer chegar ao Sr. Ministro da Viação, encorajando-o a dar andamento a elas.